

O TEMPO É PARA CONTAR

Pág. 12



A paixão pela Educação não deve terminar no dia da eleição!



Cheira a eleições

Em 10 de março, a Escola Pública também estará em sufrágio. Sabemos que ela tem inimigos.

Mário Nogueira | **Pág. 4**

Bruxelas: Pela Profissão, pela Escola Pública e pela Paz

Delegação da FENPROF de dezassete elementos desfilou em defesa de um futuro melhor.

Anabela Sotaia | **Pág. 5**

A falta de professores não tem de ser um problema crónico

A falta de professores é resultado de políticas que os governos e as maiorias têm seguido.

João Louceiro | **Pág. 6**

Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@sprc.pt
www.sprc.pt

Ficha Técnica
Região Centro Informação
Registo de Propriedade n.º 217964
Propriedade do Sindicato dos Professores
da Região Centro
Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Director – Mário Nogueira
Chefe de Redacção – Luís Lobo
Conselho de Redacção:
Francisco Almeida, Marta Ferreira, José
Pinto, Nelson Delgado, Vítor Januário, Cruz
Marques
Grafismo e Ilustração – Tiago Madeira
Composição e Paginação – SPRC
Periodicidade – Semestral
Tiragem – 11.000 exemplares
Impressão, Embalagem e Expedição –
MULTIPONTO, SA
Redacção e Administração – Rua
Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Fotografias – Arquivo SPRC
Registo de Publicação n.º 117965
Depósito Legal n.º 228/84

DIRECÇÕES DISTRITAIS

Aveiro
R. de Angola, 42, Loja B
Urbanização Forca-Vouga
3800-008 Aveiro
Tel.: 234 420 775 | Fax: 234 424 165
aveiro@sprc.pt

Covilhã
R. João Alves da Silva, nº 3 - 1.º Dt.º,
6200-118 Covilhã
Tel.: 275 322 387 | Fax: 275 313 018
covilha@sprc.pt

Coimbra
Prç da República, 28 - 1.º,
3001-552 Coimbra
Tel.: 239 851 660 | Fax: 239 851 668
916 144 986 • 966 778 321
934 438 660
coimbra@sprc.pt

Guarda
R Vasco da Gama, 12 - 2.º,
6300-772 Guarda
Tel.: 271 213 801 | Fax: 271 094 077
guarda@sprc.pt

Leiria
Rua dos Mártires, 26 – R/C Dtrº
2400-186 Leiria
Tel.: 244 815 702 | Fax: 244 812 126
leiria@sprc.pt

Viseu
Avª Alberto Sampaio, 84 – 3510-027
Tel.: 232 420 320 | Fax: 232 420 329
961 533 210 • 916 147 001 • 938 527 783
viseu@sprc.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco
Quinta do Amieiro de Baixo, Lote 4, r/c,
6000-129 Castelo Branco
Tel.: 272 343 224 | Fax: 272 322 077

Figueira da Foz
R. Calouste Gulbenkian, 72 A - r/c Esq.º,
3080-084 Figueira da Foz
Tel.: 233 425 417 | Fax: 233 425 417
figueiradafoz@sprc.pt

Douro Sul
R. Francisco Laranjo (Barranco),
Bloco A – Loja Esquerda,
5100-117 Lamego
Tel.: 254 613 197 | Fax: 254 619 560
lamego@sprc.pt

Seia
Lg. Marques da Silva, Edif. Camelo,
2.º Esq. Frente
6270-490 Seia
Tel.: 238 315 498 / 238 393 184
Fax: 238 393 185
seia@sprc.pt

Esclarecimento:
Os textos redigidos de acordo com o novo
AO 1990, utilizam a nova ortografia por
ser essa a opção dos seus autores ou a
redacção original.

Comemorações do 25 de Abril

FENPROF distribui pelas escolas um kit que assinala os 50 anos da Revolução ... e Ciclo de Debates 2024

No âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, a FENPROF por sua iniciativa ou associada a múltiplas organizações sociais e coletividades, possui um vasto programa de intervenção, seja nas escolas ou com os seus Sindicatos integrados nas Comemorações Populares.

Assim, refiram-se, apenas, dois dos momentos assinaláveis desta realização:

• **No âmbito da atividade do seu Centro de Formação José Salvado Sampaio**, a FENPROF realiza o Ciclo de Debates 2024, composto por 7 ações de formação de curta duração que, em conjunto constituem um Curso de 25 horas e que se realizam entre fevereiro e maio. Este curso apoiado nos debates que

o integram é subordinado, precisamente, ao tema da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril e tem um vasto leque de convidados que intervirão, nos vários momentos, sobre múltiplos temas relacionados com a história de 50 anos de Liberdade e Democracia;

• **Num apoio direto às escolas**, facultando-lhes material de consulta por toda a comunidade educativa, a FENPROF enviará um kit com uma edição de primeiras páginas do período entre 25 de Abril e 1.º de Maio de 1974, uma BD sobre a história do 1.º de Maio e um cartaz de grande formato sobre “O Povo que Somos” que assinala grandes momentos da história de Portugal, entre 1143 e 25 de Abril de 1974. **E viva o 25 de Abril! Fascismo nunca mais!**



SUMÁRIO RCI.DEZEMBRO.2023

7. Setores

Horários de trabalho nos 2.º e 3.º CEB e ES: Mais de 50 horas por semana!

Vítor Godinho

8. Setores

Autonomia e Flexibilidade Curricular

Nelson Delgado

9. Setores

Ronda pelas IES, em defesa de um sindicalismo de proximidade

Miguel Viegas

10. Setores

FENPROF tem em marcha Estudo sobre o 1.º CEB: O 1.º CEB que temos e o 1.º CEB que queremos

Catarina Oliveira

11. Atualidade

CGA: Exigida, no MTSS, reinscrição dos docentes interessados

12. Recuperação do tempo de serviço

Recuperação do tempo de serviço: PS e IL chumbaram projetos votados

12. Recuperação do tempo de serviço

Contra o sensacionalismo: Tempo de serviço não custa 300 milhões

13. Divulgação

Em Abril, histórias mil... (as do 25 de Abril e outras)

14. Divulgação

Prémio FENPROF/SABSEG Seguros

14. Regalias aos sócios /novos protocolos

Prémio FENPROF/SABSEG Seguros

15. 50 anos do 25 de Abril

“Constituição” — uma forma lúdica de conhecer a Constituição da República Portuguesa

A greve mais longa continua...

Os horários são peças fundamentais da dignificação profissional e da qualidade do ensino público



Nunca uma greve em Portugal teve uma duração tão prolongada como a greve ao sobretrabalho. Agora, no 5.º ano letivo consecutivo, nos últimos dois teve o registo de pré-avisos de greve para todo o tempo em que, nas escolas, havia e há atividades letivas.

Esta situação baseia-se no facto de, apesar de a lei estabelecer, inequivocamente, que a duração semanal do tempo de trabalho é 35 horas, no caso dos professores, ela ultrapassa em muito essa duração. Estudo recentemente realizado, pela FENPROF, entre os docentes dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário revela que o tempo de trabalho semanal ultrapassa (em média) 50 horas.

Dos contactos realizados com os docentes dos restantes níveis de ensino, a perceção é a mesma e, também para aferir em que condições é exercida a profissão no 1.º ciclo, a partir do início do 2.º período e durante 15 dias serão recolhidas respostas a um questionário que deverá, entre outros aspetos, comprová-lo.

Aos docentes portugueses, profissionalmente conscientes e integrantes de uma classe profissional com elevada formação inicial, não compete outra coisa senão lutar pelo que são os seus direitos adquiridos e exigir um adequado tratamento por parte dos responsáveis políticos pelo governo do país.

A qualidade da educação e a dignidade do exercício da profissão docente dependem em muito dos horários de trabalho. A sua degradação, a par do agravamento da burocracia, da intromissão externa através de projetos não previstos nos Planos de Atividades ou a sobrecarga horária extra letiva são apenas alguns sintomas de uma doença que nenhum governo tem querido curar.

A falta de professores e a clara insuficiência de assistentes operacionais tem transferido tarefismos inadequados e ilegais para os professores e educadores. Fazer tudo para bloquear o agravamento das condições de exercício da profissão, para além de uma necessidade inadiável, é uma obrigação de consciência e que justifica a manutenção desta luta, a que não podemos, nem devemos, virar costas. ■



Cheira a eleições

Vêm aí eleições, já cheira. O cheiro do outono é marcado pelas castanhas assadas, o do inverno pelas lareiras que crepitam nas casas... já o cheiro a eleições é diferente, não se sente pelo olfato, mas pela visão e pela audição.

Começa com a entrada nas casas de promessas de resolução de problemas que se têm arrastado, embrulhadas num “até agora não deu, mas agora é que vai ser”. Mais próximo do ato eleitoral surgem alguns eventuais constrangimentos, embora nunca a ponto de impedir a concretização do prometido, claro. Por fim, quando o cheiro se dissipa, ficamos a saber que “habemus governo”. Neste caso, ao contrário do que se passa no estado do Vaticano, os crentes percebem que pode haver fumo sem fogo.

O ciclo está a correr conforme previsto, tendo entrado na segunda fase, como podemos verificar com a recuperação do tempo de serviço dos professores. O PSD já acrescentou à proposta de recuperação em cinco anos, sem condicionamentos, algo do género “se for possível”; o novo líder do PS, que fez saber que defendia a recuperação sem outras condições, quando percebeu que venceria a peleja interna, acrescentou que, no entanto, isso dependeria das contas que a UTAO viesse a fazer. A UTAO, entidade que apoia o Parlamento em questões orçamentais, já veio dizer que são contas muito complexas e que não teria condições para as fazer.

Tudo isto para dizer que, após as eleições, seria um erro ficarmos à espera que o governo tomasse a iniciativa de resolver os problemas, incluindo aqueles que o partido vencedor se tinha comprometido solucionar. Como o passado ensina, no início da legislatura serão resolvidos alguns problemas, mas o seu alcance e dimensão dependerão da capacidade de luta que tivermos.

No que nos diz respeito, manteremos as prioridades reivindicativas perante o novo governo e a nova equipa ministerial:

recomposição da carreira (tempo de serviço e fim de vagas e quotas), eliminação da precariedade, regras específicas de aposentação, regularização dos horários de trabalho, mas também Mobilidade por Doença, reinscrição na CGA ou eliminação do período probatório, com dispensa imediata para todos. Outras reivindicações surgirão, destinadas a dar resposta a problemas que afetam grupos de professores.

Porém, não nos esgotaremos nas questões socioprofissionais. Daremos especial atenção à Escola Pública e à necessidade de esta ser reforçada em recursos, incluindo financeiros. O subfinanciamento da Escola Pública está na origem dos problemas que a fragilizam e não há discurso que evite a sua desvalorização se este não der lugar a políticas adequadas, coerentes com as palavras.

Em 10 de março, a Escola Pública também estará em sufrágio. Sabemos, pelos princípios programáticos e por práticas passadas, que ela tem inimigos. Alguns até têm adotado discursos aparentemente favoráveis aos professores, com soluções para os seus problemas numa mão, mas escondendo, na outra, o punhal da chamada “liberdade de escolha” que alimentou privados com milhões durante anos, enquanto o público minguava.

Vem aí um tempo importante, sim. Já cheira... ■



Professores portugueses em manifestação europeia contra a austeridade

Pela Valorização da Profissão e da Escola Pública e pela Defesa da Paz



Sob o lema “Juntos contra a Austeridade”, a Confederação Europeia de Sindicatos convocou uma grande manifestação de trabalhadores de todos os países europeus para o passado dia 12 de dezembro, em Bruxelas, numa altura em que as instituições europeias e os governos nacionais discutem novas regras financeiras e políticas de austeridade para os próximos anos.

A FENPROF e os seus sindicatos estiveram presentes no âmbito de uma delegação do Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE), que reuniu cerca de 200 dirigentes sindicais da educação de toda a Europa, unidos no compromisso de provocar mudanças positivas na profissão docente e nas políticas educativas. A delegação do CSEE chamou a atenção para as principais exigências dos profissionais da Educação e sublinhou a necessidade urgente de tornar a profissão docente numa opção de carreira atrativa para os jovens. Tal passa necessariamente por um financiamento público mais



elevado e adequado, que garanta melhores salários e pensões mais justas, melhores condições e horários de trabalho e melhores oportunidades de desenvolvimento profissional para o pessoal docente e não docente.

Foram, ainda, destacados os grandes desafios que os professores europeus enfrentam e o papel fundamental que desempenham na definição do futuro dos seus países, em particular, e do mundo, em geral.

Nesta exigência coletiva pelo respeito dos direitos dos professores, a delegação da FENPROF de 17 elementos desfilou com 2 importantes mensagens: a valorização da profissão docente e da Escola Pública e a defesa da Paz, num momento em que se assinalam os 75 anos dos Direitos Humanos.

A FENPROF e os sindicatos europeus da educação continuarão a sua luta por uma profissão docente mais valorizada, respeitada e atrativa e tudo farão para que os decisores políticos façam da educação uma efetiva prioridade e invistam na profissão. ■

BRUXELAS: FENPROF presente na Manifestação Europeia contra as políticas de austeridade

Baixos salários, forte carga fiscal, inflação elevada com forte impacto na habitação ou na alimentação, em suma, austeridade é o que a União Europeia tem vindo a impor aos povos dos diversos países, receita que se prepara para manter após a reunião do conselho europeu de 14 e 15 de dezembro. Em protesto contra as políticas de austeridade, a Confederação Europeia de Sindicatos convocou uma grande manifestação de trabalhadores de todos os países europeus para hoje, dia 12 de dezembro, pelas 11:00 horas, em Bruxelas. A FENPROF e os seus sindicatos estiveram presentes, desfilando com dois objetivos: a exigência de valorização da profissão docente e da Escola Pública; a defesa da Paz. ■

Macacos nos mordam... mas a falta de professores não tem que ser um problema crónico

João Costa acabou por reconhecer – e fê-lo como se o tivesse assumido há muito – que há um problema de falta de professores. Mais do que qualquer outro, constitui uma enorme ameaça à Escola Pública e à Educação em geral.

aUm país em que a escola democrática, gratuita, de qualidade e para todos está em risco por carência de profissionais – o que, ademais, se verifica também noutros domínios, como o da Saúde – é um país que precisa urgentemente de outras opções políticas e de medidas que, sem delongas, comecem a corrigir o que sucessivos governos quiseram, deixaram e alimentaram. É isso que tem de continuar no centro das exigências e da luta dos professores. Para além da propaganda e da demagogia eleiçoeiras que já campeia, coisas assim vão estar em decisão nas próximas eleições legislativas, a 10 de março. Que cada um e cada uma decida sobre elas com inteligência bastante.

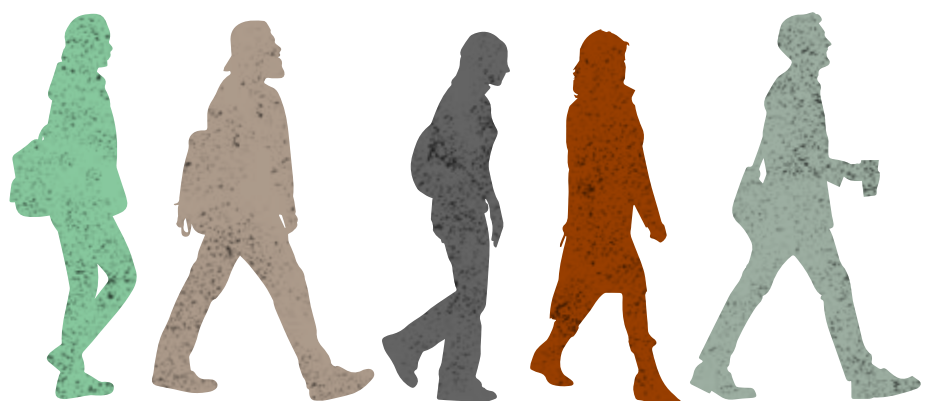
O antecessor, Tiago Brandão Rodrigues, foi o que mais tempo ocupou o lugar de ministro da Educação. Não deixa de demonstrar que o pouco conhecimento da área, a incapacidade política e a ausência de competências negociais podem ser vistos como qualidades por governos que não querem resolver problemas; governos que desinvestem em áreas fundamentais

para, por exemplo, dar primazia a comandos de “contas certas” que deixam de ser virtuosas logo que promovem a perpetuação e o agravamento de dificuldades. No segundo mandato – incompleto –, Brandão Rodrigues seguiu a estratégia que lhe foi ditada, a contento, reconheça-se, do seu perfil: tudo fazer para ignorar os sindicatos, as suas reivindicações e as suas propostas. Não faltava muito para deixar o Ministério, ainda acusava a FENPROF e alguma comunicação social de quererem ruído ao alertarem para o problema da falta de professores...

A falta de docentes tem raiz e responsabilidades, algumas verdadeiramente dolosas, que antecedem as de Brandão Rodrigues e João Costa. Mais tempo, governos do PS, mas também o do PSD com o CDS - eram os ditames da austeridade! –, atacaram e degradaram a condição docente, tornando a profissão cada vez menos atrativa, material e simbolicamente desvalorizada. Não indo mais longe, Maria de Lurdes Rodrigues, ministra de um governo PS foi, pelas piores razões, um marco no ataque aos professores e na desvalorização da profissão: este foi o seu legado. Isabel Alçada, do governo seguinte do PS, esteve, é verdade, no fim da categoria de titular, mas deixou as vagas e quotas que deveriam ter sido reapreciadas posteriormente, bem como todos os outros problemas, da

precariedade ao não rejuvenescimento do corpo docente, dos horários à degradação remuneratória que iria aprofundar-se, e de que maneira, logo a seguir. Passos Coelho estava convencido que Portugal tinha um problema crónico, mas de excesso de professores. Sugeriu o caminho da emigração e o seu ministro, Nuno Crato, para além do empenho que teve na aplicação e radicalização de medidas para empurrar milhares de docentes para fora das escolas e da profissão, ainda ironizava os alertas sobre a falta de professores que se avizinhava com a graçola de que sempre se encontrariam no Brasil...

Entre o ignorar do problema e a consideração da Educação e, em particular, da profissão como área de massivos exercícios de contenção orçamental, os mais recentes governos do PS pouco (?) ou nada fizeram para recuperar a atratividade da docência. Milhares de profissionalizados foram e continuam afastados. As aposentações retardadas de modo inconcebível estão e vão continuar longe de serem compensadas por jovens interessados na profissão. As medidas adotadas foram de tratamento tópico, insuficientes, imediatistas ou até contraproducentes, como a grande aposta no recrutamento de não profissionalizados, o facilitismo na formação inicial, incluindo a organização de estágios pedagógicos como instrumento de minimização da



carência de professores, ou a imposição de regras de colocação que se revelam e revelarão incompatíveis com as vidas pessoais e familiares, possivelmente, de mais uns milhares de docentes. A embrulhar a tibieza e o desacerto, temos a permanente tentativa de minimizar a

dimensão e a gravidade do que está em causa, como aconteceu, há pouco tempo com o ainda ministro a manobrar critérios para convencer que não seriam mais de 4 mil os alunos sem um ou mais professores. Quanto a medidas de fundo e de futuro, nicles.

A falta de professores não é um problema crónico. É um resultado muito negativo de políticas que os governos e maiorias têm seguido. Interessa saber. Com eleições legislativas que vão chegar em março, é preciso que também os professores pensem no assunto. ■

SETORES

■ Vítor Godinho (Direção do SPRC)

Horários de trabalho nos 2.º e 3.º CEB e ES Mais de 50 horas por semana!

Em estudo levado a cabo pela FENPROF em 2016-2017, concluiu-se que os docentes dos 2.º e 3.º CEB e ES desenvolviam, então, um horário semanal real de mais de 46 horas, quase mais 12 do que o número de horas legalmente fixado.

Perante um aumento da complexidade do desenvolvimento da profissão e novas exigências que foram, entretanto, introduzidas, face à entrada em vigor de novos normativos legais relativos aos currícula, avaliação dos alunos e inclusão, bem como ao processo da designada capacitação digital, a FENPROF decidiu atualizar aquele estudo, lançando um novo inquérito aos professores no presente ano escolar.

Tendo obtido 4471 respostas validadas de docentes – que, no seu conjunto, se confirmou formarem uma amostra representativa do todo nacional –, os resultados não poderiam ser mais esclarecedores, confirmando, ademais, aquela que já era uma percepção empírica da FENPROF: a de que os horários de trabalho não só não melhoraram como se agravaram, em cerca de 3,5 horas, relativamente aos que se registavam há 6 anos, superando as 50 horas semanais, ou seja, correspondendo à prestação de mais do que 15 horas extraordinárias não remuneradas! Para maior detalhe

quanto às componentes e tarefas em que se divide este escravizante horário, consulte-se a infogravura constante neste artigo.

Naturalmente que esta situação de gritante abuso e ilegalidade, tal como o estudo confirma, resulta, acima de tudo, do enorme volume de horas de trabalho executado sem que esteja registado no horário, sendo-o em sacrifício do tempo que deveria ser destinado à vida pessoal e familiar dos docentes. É isto o que, desde logo, sucede com o desempenho de cargos como os de Direção de Turma e de Coordenação de Departamento e/ou de Delegado de Grupo, que consomem, conjuntamente, mais 4 horas e meia do que as que lhes são destinadas.

É também isso que sucede com a maioria das múltiplas reuniões realizadas ou com as, cada vez em maior número, tarefas administrativas e burocráticas desenvolvidas por professores, ademais quando muitas delas seriam dispensáveis ou atribuíveis a outros profissionais. Aliás, o tempo médio dispensado a estas últimas, correspondente a mais de 4 horas semanais, já supera o que os professores destinam ao apoio pedagógico dos seus alunos, 2 horas e 59 minutos, prova inequívoca de que a burocracia está a desviar os professores daquele que deveria ser o núcleo duro da sua profissão!

O sobretrabalho, que o presente estudo quantifica, resulta também da integração na componente não letiva de estabelecimento de atividades que, pela sua natureza, deveriam incluir-se na letiva, como sejam os apoios a alunos, coadjuvação ou aulas de substituição: é

ISTO TEM DE PARAR!

Na Lei: 35 horas
2017: 46 horas
2023: 50 horas



que, ao não o serem, tende a aumentar o número de turmas, alunos e níveis atribuídos aos docentes, ampliando-se, desse modo, o número de horas que é necessário desenvolver no âmbito da componente individual. Essa é razão principal por que, no seu conjunto, as componentes letiva e não letiva individual

representam quase as 35 horas de um horário semanal, mas às quais se vai adicionar todo o trabalho de estabelecimento, registado e não registado no horário semanal.

Perante este quadro, que exige uma urgente alteração – pois os professores não podem continuar a sacrificar as suas vidas pessoais e familiares, suportando cargas de trabalho que os levam à exaustão e que acabam por prejudicar, direta ou indiretamente, a qualidade da resposta aos alunos e, igualmente, o seu bem-estar psicossomático – os professores não deixarão de lutar pela concretização de medidas que resultem no cumprimento das 35 horas dos seus horários, destacando-se as seguintes:

- Distinção séria e clara entre componentes letiva e não letiva do horário, respeitando-se o princípio de que integram a primeira todas as atividades diretas com alunos;

- Fixação, por professor, de limites máximos de 100 alunos, de 5 turmas e de 2 disciplinas, níveis ou áreas curriculares;

- Redução da componente letiva de base para 20 horas semanais;

Conversão das horas de redução da componente letiva por idade e tempo de serviço (artigo 79.º do ECD) em horas da componente não letiva para trabalho individual;

- Redução da componente letiva pelo desempenho de cargos de natureza pedagógica em número de horas condizente com as funções e tarefas a desempenhar;

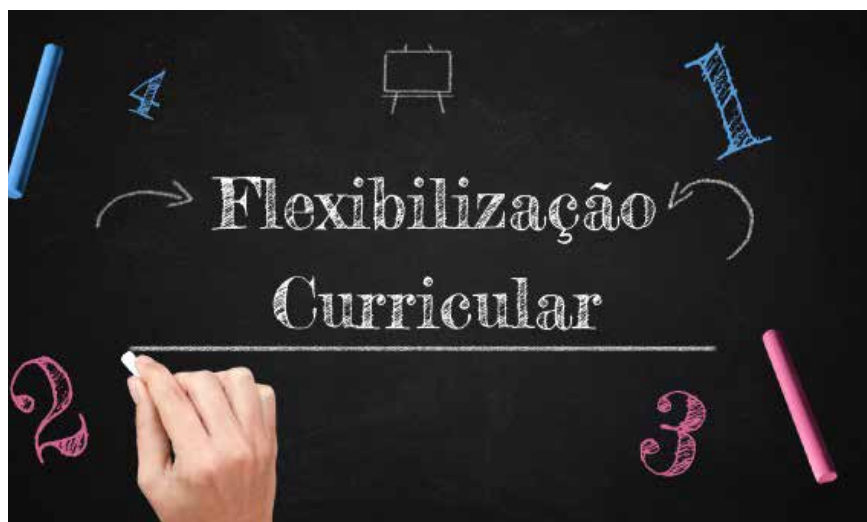
- Drástica redução da atividade burocrática, eliminando toda a que não for indispensável, e acabando com a que não seja do âmbito da docência;

- Consideração de todas as reuniões pedagógicas, mesmo que sem regularidade semanal, no âmbito do trabalho de estabelecimento a desenvolver, nunca em sacrifício do número de horas de trabalho individual;

- Compensação das horas de formação contínua frequentada, ainda que por iniciativa do próprio, na componente não letiva de estabelecimento distribuída ao docente. ■

Autonomia e Flexibilidade Curricular

■ Nelson Delgado (Membro da Direção)



Com a introdução do Decreto-Lei n.º 55/2018, procurou o governo desafiar as escolas a serem ousadas e assumirem este projeto de autonomia e flexibilidade curricular, através de uma suposta gestão flexível do currículo.

Tentaram vender a ideia da autonomia como uma melhoria da qualidade da Educação e apontaram-na como o caminho a seguir, sem previamente ter sido feita qualquer avaliação às experiências anteriormente feitas.

Na generalidade, podemos dizer que o diploma conferia às escolas a possibilidade de definirem as suas próprias opções curriculares, dentro de parâmetros gerais estabelecidos; conferia-lhes o direito de estabelecerem, no plano curricular, aquilo que as distinguiria das restantes, ou seja, flexibilizar até 25% da sua carga curricular.

Pode até dar a ideia de que se está a caminhar no sentido da democratização da escola e do sistema educativo, no entanto, errado será pensar-se que bastaria às escolas passarem a gerir autonomamente o seu currículo para se ultrapassarem todas as dificuldades que estas vivenciam no seu quotidiano.

Este diploma apenas veio revelar o desinteresse em solucionar a falta de condições de trabalho, o elevado número de alunos por turma, a

inexistência de crédito horário para o trabalho colaborativo, a sobrecarga horária dos docentes em mais cerca de 3 a 6 horas, em cima da sobrecarga que já tinham, a desarticulação entre os professores das várias disciplinas, a extensão dos currículos e a própria falta de motivação da classe docente.

A tónica reside, sim, no facto de a Escola Pública não ser gerida através de um modelo democrático e ter sobre si, a pairar, o espectro do processo de municipalização que terá, em nosso entendimento, graves consequências no seu funcionamento e que impedirão a tão apregoada autonomia que nos foi proposta.

A autonomia que é fundamental para a Escola Pública não é esta autonomia, é aquela que se centra na sala de aula e na relação pedagógica, que dá aos professores liberdade para escolherem as pedagogias, as metodologias, as estratégias e atividades que melhor se adequam às características dos alunos de cada turma.

Deixo aqui a dúvida se esta autonomia centrada nas escolas, ou pior ainda, nas autarquias, não será apenas uma forma de controlar o trabalho dos Professores, roubando-lhes liberdade pedagógica, formatando o ato educativo e submetendo-o a interesses que não serão os dos alunos, dos professores ou da Escola Pública. ■

Ronda pelas IES, em defesa de um sindicalismo de proximidade

O SPRC/FENPROF preza-se de exercer um sindicalismo de proximidade, cuja ação reside no seio das instituições, junto de professores e investigadores. Sem este contacto, seria impossível representar condignamente os verdadeiros interesses e aspirações de uma classe que tem sido ultrajada pelo poder político ao longo das últimas décadas. Entre setembro e dezembro deste ano, o SPRC/FENPROF realizou plenários em todas as instituições de ensino superior da região centro, a saber (e por ordem): Instituto Politécnico de Leiria, Universidade de Aveiro, Instituto Politécnico de Viseu, Instituto Politécnico da Guarda, Universidade da Beira Interior, Instituto Politécnico de Castelo Branco e finalmente, num mesmo plenário, a Universidade de Coimbra, o Instituto Politécnico de Coimbra e a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

A realização destes plenários foi muito importante para, por um lado, divulgar e debater a intervenção do sindicato e, por outro, ouvir as principais reivindicações e problemas dos professores e investigadores. Na sequência de cada plenário, foi enviado um comunicado a todos, dando conta dos temas discutidos e das decisões tomadas, fossem elas a simples consulta aos serviços jurídicos sobre uma questão específica ou um pedido formal de reunião à direção da instituição. Num balanço necessariamente incompleto deste conjunto de plenários, destacamos três temas principais que mereceram maior discussão: os salários, a precariedade e a nova realidade dos Institutos Politécnicos face a possibilidade de proporcionarem programas doutorais.

Perdas salariais e de poder de compra

A perda de poder de compra dos salários de professores e investigadores tem sido uma constante ao longo dos últimos 15 anos. E assim continuará em 2024, com aumentos de 3% muito abaixo da inflação. Para além das atualizações sucessivamente feitas abaixo da inflação, outros fatores contribuem para a estagnação dos salários como sejam



a unidade de classe de professores e investigadores à volta do seu sindicato, continuará a ser determinante para um futuro que queremos melhor para todos e para o nosso país.

a falta de concursos de progressão na carreira e um sistema de avaliação profundamente injusto que exige uma classificação de excelente durante seis anos seguidos para subir de escalão.

Precariedade: um flagelo

A precariedade representa outra chaga que afeta as Instituições de Ensino Superior. O recurso aos chamadas “falsos convidados” continua a ser o meio mais usados para as instituições fazerem face aos seus constrangimentos orçamentais. Ao nível dos investigadores, a situação assume foros epidémicos na medida em que 90% dos investigadores trabalham hoje com contratos precários, sem contar com os milhares de bolseiros que são efetivamente trabalhadores científicos embora não reconhecidos como tal.

Politécnicos sob pressão

Finalmente, a questão da outorga de doutoramento por parte dos politécnicos, tem levado algumas instituições e pressionar os seus docentes para abandonar os centros de investigação externos passando a integrar centro da própria instituição. Sendo este um interesse legítimo dos Institutos Politécnicos que ambicionam poder criar ou reforçar os seus programas doutorais, o SPRC/FENPROF entende que tal esforço não pode ser feito à custa da destruição pura e simples de todo um percurso de investigação durante o qual foram consolidadas redes e equipas de trabalho. Esta questão está já a ser objeto de cuidadosa avaliação por parte dos serviços jurídicos.

Muitos dos problemas levantados não são novos. Para a sua superação, não faltam propostas que o SPRC/FENPROF tem vindo a apresentar ao governo. Até às eleições, serão realizadas reuniões com todos os partidos, procurando assim apresentar propostas, mas também ouvir o que cada um pensa sobre os grandes desafios para o ensino superior e para a investigação. Contudo, independentemente destas reuniões, e até do resultado das eleições e do governo que daí sair, a unidade de classe de professores e investigadores à volta do seu sindicato, continuará a ser determinante para um futuro que queremos melhor para todos e para o nosso país. ■



FENPROF tem em marcha Estudo sobre o 1.º CEB

O 1.º CEB que temos e o 1.º CEB que queremos

Em 2021, a FENPROF realizou um inquérito aos docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico para saber que condições de trabalho consideram serem as que melhor dariam respostas à sua prática, à aprendizagem dos alunos e ao bom funcionamento da Escola Pública. Cerca de 3000 docentes responderam e foram muito claros na defesa de:

- uma componente letiva de 22 horas semanais (89%);
- de um regime de redução da componente letiva por antiguidade igual ao que se aplica aos docentes dos outros setores de ensino (90%);
- da criação de bolsas de docentes para substituições de curta duração (94%);
- da representação obrigatória nos órgãos de gestão dos agrupamentos (96%);
- da eleição colegial dos coordenadores de estruturas intermédias de gestão (89%).

Para 2024, a FENPROF decidiu que é importante complementar a informação obtida com o apuramento das condições em que estes docentes desenvolvem a sua prática educativa:

- em que condições se encontram os edifícios, os espaços e os equipamentos das escolas;
- qual a composição e a dimensão das turmas;
- que tarefas estão a ser atribuídas às horas de redução por antiguidade;
- se e que abusos estão a ser feitos nos horários, incluindo a vigilância dos intervalos da manhã;
- como estão a decorrer as AEC;
- como estão a decorrer os diversos tipos de apoio (apoio educativo, coadjuvação, PLN, educação inclusiva);
- qual o nível de burocracia que está a ser imposto.

Os docentes do 1.º CEB terão, assim, oportunidade para participar na divulgação

das condições desgastantes em que exercem a profissão respondendo a um questionário que estará disponível no início de janeiro.

E porque não estão sós no exercício da sua atividade em regime de monodocência, será realizado um Webinar, em conjunto com a Educação Pré-Escolar, no dia 25 de janeiro entre as 17h30 e as 20h00.

António Costa, tentando esconder a sua própria cobardia (e a do seu ministro da Educação), mentiu quando afirmou que as questões específicas dos docentes em monodocência não foram discutidas por falta de vontade dos sindicatos.

Vamos iniciar 2024 a provar, mais uma vez, que não fugimos do tema e exigimos que as condições de exercício da profissão por parte destes docentes têm que ser discutidas e revistas.

Participa! Está nas tuas mãos! ■

Educação Pré-escolar

Não é pau para toda a obra!

■ **Ana Paula Pires** (Coordenação Regional da Educação Pré-Escolar)



Nos anos 90 os ecos do discurso do investimento na qualidade educativa chegam a Portugal num momento sócio-político em que se vivia “a paixão da educação” que “deram à luz” a publicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e as Orientações Curriculares da Educação Pré-Escolar

(1997), que apontavam rotas para a sua concretização, lançando uma onda de otimismo sobre a Educação de Infância (o reconhecimento político da Educação Pré-Escolar como primeira etapa da Educação Básica, o alargamento da rede pública de Jardins de Infância, o aumento das taxas de “pré-escolarização” próximas

dos valores de outros países na Europa, entre outras, explicam tal otimismo).

Associa-se a esta realidade o facto de os Jardins de Infância da rede pública estarem integrados em Agrupamentos de Escolas, e portanto também estarem sujeitos aos mecanismos de avaliação externa. Neste sentido têm sido visíveis as tendências de “escolarizar”

a Educação Pré-escolar enquanto estratégia de promoção da melhoria dos resultados escolares a alcançar pelas crianças nos níveis subsequentes. Esta integração trouxe algumas vantagens organizativas e condições de melhoria da qualidade de oferta, mas também ampliou a possibilidade de se constituir como uma ameaça à especificidade curricular e à autonomia pedagógica da Educação Pré-escolar. Na maioria dos Agrupamentos de Escolas observam-se processos de direção e gestão, orientados por uma racionalidade burocrática uniformizadora com os outros setores de ensino, que põem em causa a conceção holística da gestão do currículo e a avaliação das crianças para as aprendizagens, preconizadas pelas Orientações Curriculares da Educação Pré-Escolar. Estamos a referir-nos a horários dos educadores de infância com manchas de tempo destinadas a cada área de conteúdo e de instrumentos estandardizados de avaliação das crianças com enfoque nos resultados.

Apesar do corpo legislativo regulador de qualidade e do conjunto de publicações de apoio que definem a orientação para este setor de educação, importa adotar uma vigilância crítica em relação às práticas, dado que são múltiplos os fatores, interesse e sentidos, que estão associados aos discursos da qualidade e da avaliação das escolas. A realidade obriga-nos a uma vigilância permanente das pressões exercidas sobre nós educadores de infância, potenciadas por leituras e apropriações diversas sobre a educação de infância, decorrentes das perspetivas, aspirações, interesses dos diferentes intervenientes, governantes, autarquias, diretores, famílias, empresas. Estas pressões põem, muitas vezes, em causa a identidade e a especificidade da Educação Pré-escolar.

A função docente assume uma dignidade e responsabilidade específicas, independentemente de ser exercida por Educadores de Infância, Professores do 1.º, 2.º, 3.º Ciclo ou do Secundário, cuja concretização não é dissociável das condições laborais em que é exercida.

Para que o direito a uma Educação Pré-escolar de qualidade seja garantida somos nós docentes da educação pré-escolar os seus principais defensores, acompanhados pela FENPROF, e os seus Sindicatos. Por isso afirmamos que a EPE não é pau para toda a obra! ■

CGA: Exigida, no MTSS, reinscrição dos docentes interessados



A FENPROF deslocou-se ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, já por duas vezes (a última no dia 22 de dezembro) onde exigiu a resolução do problema criado pela CGA que depois de, a partir de julho, ter permitido e validado a reinscrição de docentes, no final de outubro suspendeu o processo, alegadamente por o processo se encontrar em avaliação.

Ver declarações de Mário Nogueira e de Carla Miranda, professora impedida de reingressar na CGA, em <https://shorturl.at/qsOSX>

Após dois pedidos de reunião ao conselho diretivo da CGA, que não mereceram resposta, a FENPROF decidiu dirigir-se ao ministério de tutela para exigir a reabertura da reinscrição dos docentes interessados. A delegação da FENPROF, para além dos seus dirigentes, integrou professoras afetadas pelo problema, uma das quais, inclusivamente, passou a descontar para a CGA, mas, posteriormente, foi informada de que a reinscrição não fora validada,

regressando ao regime de segurança social.

O chefe de gabinete do secretário de estado da solidariedade e segurança social, que recebeu a delegação da FENPROF por ausência do governante no estrangeiro, comprometeu-se a marcar uma reunião para a próxima semana, na qual participaria o secretário de estado, que é quem acompanha este processo no ministério.

Recorda-se que depois de ter sido impedida a reinscrição de docentes a partir de 2006, os sindicatos de professores recorreram aos tribunais que deram razão aos professores, o que terá levado a CGA, em julho passado, a alterar a posição, voltando atrás no final de outubro.

No dia 22, à hora de fecho desta edição do RCI, realizava-se reunião no MTSSS, ao mesmo tempo que se garantia uma concentração conjunta com os Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais e da Administração Local. A informação sobre esta reunião está disponível em www.sprc.pt ■

Recuperação do tempo de serviço PS e IL chumbaram projetos votados



Até 24 de novembro, foram chumbadas no Parlamento todas as propostas apresentadas por grupos parlamentares (BE, PCP, Livre e Ch), que visavam recuperar o tempo de serviço dos professores. Em todas as votações, tanto em comissão parlamentar, como em plenário, o PS esteve sempre contra os professores. A Iniciativa Liberal acompanhou o PS em 9 das votações, abstenendo-se em uma.

Sobre o comportamento dos deputados do grupo parlamentar do PS (como da IL) há pouco a dizer, pois foram iguais a si próprios, continuando a negar o necessário respeito pelo trabalho desenvolvido pelos professores. Entre esses, houve mesmo deputados

que, fora do Parlamento, se afirmaram favoráveis à recuperação do tempo de serviço roubado aos professores, mas que votaram pela manutenção do roubo. Foi deplorável, também, ver, uma vez mais, deputados e deputadas que são professores e professoras votarem contra um direito elementar dos colegas, ser contado o tempo que trabalharam, o que constitui um clamoroso fator de desvalorização da profissão docente. Haverá quem se incomode com esta constatação, mas o que mais se lamenta é que não se incomode com a injustiça que comete e as suas consequências.

A última possibilidade de começar a reparar este problema com o Orçamento do Estado para 2024 teria sido a votação

que decorreu no dia 28 de novembro. Nesse dia foi, também, a votos a proposta apresentada pelo PSD, que visava recuperar os 6 anos, 6 meses e 23 dias.

Como a FENPROF já tem afirmado, é natural que em campanha eleitoral surja quem, tendo estado contra a recuperação do tempo de serviço dos professores, prometa fazê-lo se assumir funções governativas. Serão necessárias provas fortes e inequívocas, a par de um compromisso claro e público, para os professores acreditarem em tais promessas. ■

Contra o sensacionalismo: Tempo de serviço não custa 300 milhões



Recuperar o tempo de serviço dos professores não custa 300 milhões nem é despesa permanente e não são títulos sensacionalistas que fazem aumentar o custo.

Arecuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo de serviço que continua a ser roubado aos professores já não custa 300 milhões, ainda que fosse feita de uma só vez. A entrada de docentes no terceiro ano do oitavo escalão da carreira (penúltimo), significa a impossibilidade de recuperação desse tempo na íntegra, pois passarão a faltar apenas 6 anos para chegar ao

10.º, o topo da carreira. Desde 2018, ano do descongelamento da carreira, até agora aposentaram-se quase 12 000 professores e também vários milhares com mais tempo de serviço atingiram os dois escalões de topo, o que significa que o roubo de, pelo menos, parte do tempo de serviço, para esses, é irreversível.

Portanto, neste quadro, em que, ainda por cima, as propostas sindicais

são de uma recuperação faseada, o custo estará bem longe dos 300 milhões, como, aliás, já foi confirmado por estudo divulgado pela ANDE. Há que também ter em conta que nem todos os docentes que estão a perder tempo de serviço, o perderam integralmente, dado terem sido colocados em horários temporários ou incompletos, ou terem estado desempregados. Acresce que essa não será uma despesa permanente: em primeiro lugar porque os professores não chegarão todos a escalão acima daquele a que chegariam sem a recuperação de tempo não contado, só o farão mais cedo; depois porque os professores vítimas deste roubo não são eternos, aposentar-se-ão e sairão do sistema, sendo substituídos por outros que não têm qualquer tempo de serviço a recuperar.

A FENPROF sabe que, para alguma comunicação social mais sensacionalista, dar título de primeira página a afirmações, ainda que incorretas, que coloquem a opinião pública contra grupos profissionais, designadamente professores, é uma forma de tentar que o negócio prospere. Infelizmente, esse intento parece prevalecer sobre o rigor e a verdade. ■

Em Abril, histórias mil...

(as do 25 de Abril e outras) *

Uma boa oportunidade para pegar num livro que se lê em qualquer altura, muito especialmente nos 50 anos do 25 de Abril. Para professores e alunos. Para miúdos e graúdos. Uma obra para um público “infanto-juveno-adultil” que se recomenda vivamente. Pode (e deve) ser adquirida.

*À disposição nas sedes do SPRC em toda a região. Condições especiais de aquisição.

Falar ou escrever sobre qualquer livro de Augusto José Monteiro não é fácil porque tem sempre a marca de qualidade, não patenteada, de uma pessoa que utiliza o turbilhão cerebral para nos ensinar e deliciar. É pedagogo, entre outras coisas, junta o humor cirúrgico à seriedade do assunto, que neste livro não é nada menos que o 25 de Abril, num caldo perfeito que faz sorrir e pensar.

Ler “Em Abril histórias mil...” faz sede. Sede de ler mais um copo, até à bebedeira final, porque leva a uma compulsão aditiva.

Augusto José Monteiro, homem de convicções sem confusões, com muitas circunvoluções, historiador e contador, escreve com rigor sobre o facto histórico, a Revolução, como força motriz de transformação de um país pobre, cinzento, salazarento, num outro muito mais desenvolvido, democrático e solidário, com a flor da Liberdade sempre na lapela, bem à vista do mais míope.



Mesmo no capítulo “Histórias sem Abril” tem a sensibilidade de falar em toda a gente anónima, gente invisível, estranhos de passagem, que fazem muita História, como o jardineiro de Luísa Ducla Soares, sem o qual não havia jardim.

Mas também fala de todos, os pobres, os injustiçados, das vítimas, das mulheres sujeitas a direito de pernada, das crianças, da exploração em geral.

Valoriza a estética, a ética, a beleza de um quadro, o voo mental da música, do arpejo que um poema pode desencadear, o maravilhamento.

Admira os criadores fazedores desta liberdade interior que é contagiante e produz cultura.

Aproveita uma avó estouvada que ele mata logo que pode, um neto atravessado que tem como herança o imaginário semeado pelas histórias da Mavilda, arraçado de Monteiro, que pode degenerar num político manhoso... para fazer um aviso.

Se não cuidarmos da democracia que, como sabemos, está nos cuidados intermédios e precisa de novo fôlego, andaremos outra vez de cabeça baixa e de calças na mão.

Manuel António Pina, Luísa Ducla Soares, Matilde Rosa Araújo e tantos outros são suporte exemplar para que o



**Lápis de Memórias
maio de 2012
Coimbra**

autor não se desvie para a amargura dos tempos que correm e mantenham a bicicleta pronta para se ir buscar a Liberdade, se necessário for.

Belo livro.

O Augusto merecia que o envergonhasse porque me propôs oferecer um frasco de tremoços como tornas de umas palavras.

Todos sabemos que é um homem generoso e mãos largas.

Ou não fosse um homem de Abril. ■

Gilda Ribeiro dos Santos, 3-12-2023



Prémio FENPROF/ SABSEG Seguros

Lídia Jorge recebe prémio Urbano Tavares Rodrigues 2023 pelo romance “Misericórdia”

Misericórdia é um dos livros mais premiados da atualidade, o livro que muitos gostariam de escrever, mas só a arte de Lídia Jorge o permitiu. Como professora que continua a ser, Lídia Jorge venceu o Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues, cuja divulgação foi feita em 5 de outubro, Dia Mundial do Professor.

A entrega do prémio de novela e romance, instituído pela FENPROF em parceria com a SABSEG SEGUROS, realizou-se em 6 de dezembro, data do centenário do nascimento de Urbano Tavares Rodrigues. Na cerimónia, estiveram presentes, para além de Lídia Jorge, Mário Nogueira, Secretário-geral da FENPROF, Carlos Martins, Diretor Geral da SABSEG Seguros, Paulo

Sucena e Paula Mendes Coelho, em representação do júri.

Paulo Sucena, que presidiu ao júri, composto por José Manuel Mendes, Presidente da Associação Portuguesa de Escritores, e Paula Mendes Coelho, docente universitária e escritora, fez a apresentação e o elogio de Misericórdia, um romance que conta o dia a dia no Hotel Paraíso, fazendo-nos lembrar o quotidiano das nossas Dona Alberti, cada uma com as suas estórias, quantas delas imbuídas de desejos nem sempre tornados realidade, mas que continuam a preencher os sonhos, os bons e os maus.

O Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues é atribuído desde 2013 e alterna com o António Gedeão, de poesia, cuja primeira edição foi em 2012. Nomes

importantíssimos da literatura portuguesa têm vencido este prémio, sendo Lídia Jorge a primeira a vencer por duas vezes, pois em 2015 já tinha sido premiada com o livro Os Memoráveis, como lembrou o Secretário-geral da FENPROF.

O Diretor Geral da SABSEG Seguros, Carlos Martins, confirmou que esta parceria com a FENPROF se irá manter em 2024 para a atribuição do prémio de poesia António Gedeão.

Lídia Jorge, não esqueceu a data do centenário do nascimento de Urbano Tavares Rodrigues e recordou o seu legado.

Assista às intervenções em <https://shorturl.at/bU249>

Leia a apreciação do presidente do júri em <https://shorturl.at/jmzDS> ■



COIMBRA

Desporto

PHIVE Health & Fitness Centers

R. Dr. António José de Almeida 202 e Urbanização Quinta das Lágrimas, Lote 12 geral@phive.org
www.phive.pt

No ato da inscrição, não está obrigado a qualquer comparticipação financeira
Oferta de 7 dias de acesso aos clubes PHIVE. Inteiramente grátis, oferta de 2 sessões de coach 30 minutos (com um Personal Trainer). Acesso Total sem limitação de horário
PVP parceiro – 14.40€/semana

LEIRIA

Apoio social, familiar e doméstico

Residências Quinta de Santo António
Rua da Restauração, 50 – Alcolgilha

2400-821 Leiria

info@rqa.eu

10% Desconto na generalidade dos produtos e/ou serviços

Exceto residentes que tenham celebrado contrato com data anterior a 06/06/2023

Ensino e formação

ETACADEMY – EXECUTIVE TRAINING ACADEMY

Rua da Cooperativa, S.Romão

2414-017 Leiria

geral@etacademy.pt

www.etacademy.pt

10% Desconto nas propinas mensais estabelecidas pela ETACADEMY

Desporto

PHIVE Health & Fitness Centers

Rua de Ourém, Edifício LeiriCenter

geral@phive.org

www.phive.pt

No ato da inscrição, não está obrigado a qualquer comparticipação financeira
Oferta de 7 dias de acesso aos clubes PHIVE. Inteiramente grátis, oferta de 2 sessões de coach 30 minutos (com um Personal Trainer). Acesso Total sem

limitação de horário

PVP parceiro – 14.40€/semana

WISEU

Saúde e bem-estar

A Toca do Urso

Avenida da Europa Lote H Fração A

3515-146 WISEU

geral@atocadourso.pt

atocadourso.pt

Oferta de 1 sessão experimental de Pilates Clínico com Equipamentos
Desconto de 50% no valor das duas primeiras mensalidades e 15% de desconto nas restantes mensalidades de Pilates Clínico com Equipamentos, realizado por Fisioterapeutas, em inscrições semestrais
Mediante inscrição em Plano de Pilates, oferta de uma avaliação Fisioterapêutica
25% de desconto em Sessões de Spa para Bebés. Não é cumulável com outras promoções ou descontos em vigor no momento da aquisição dos serviços.

Aconselhamos a visita ao site do SPRC:

www.sprc.pt/regalias-aos-socios



Lançamento realizado na Assembleia da República

Era grande a expectativa com o lançamento do jogo **Constituição (+3anos)**, para crianças, mas também jovens e adultos. Um jogo educativo que constitui uma ótima forma de associar a relevância da **Constituição da República Portuguesa às comemorações do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974.**

Este jogo é uma realização da Beira Serra - Associação de Desenvolvimento, relevante instituição do interior centro do país e que é presidida pelo SPRC, na pessoa da nossa dirigente sindical Elsa Duarte.

Na Assembleia da República, o seu Presidente, Augusto Santos Silva, dirigiu a sessão de lançamento deste novo jogo, concebido no âmbito do Programa Cidadãos Ativos, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Bissaya Barreto e a Assembleia da República.

A simplicidade das regras associada à premência do conhecimento da Lei fundamental do País é grato motivo para que o Sindicato dos Professores da Região Centro esteja

intrinsecamente envolvido na promoção de um importante instrumento do conhecimento, que devia ser presença obrigatória nas escolas de todo o país.

A Constituição da República Portuguesa, promulgada em 2 de abril de 1976, é o documento fundamental que estabelece os princípios e normas que regem o Estado português. Sua importância é significativa, pois desempenha diversos papéis cruciais na organização e funcionamento do sistema político e jurídico do país.

A Constituição Portuguesa, como em qualquer país democrático, é um elemento central na garantia dos direitos e na organização do Estado, desempenhando um papel crucial na estabilidade e na legitimação do sistema político e jurídico. Alterações à Constituição devem ser feitas com base em processos democráticos e respeitando os princípios fundamentais estabelecidos no próprio texto constitucional.

A Constituição estabelece os fundamentos do Estado português, definindo Portugal como uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana, nos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política.

Ela reconhece e protege os direitos fundamentais dos cidadãos,



como a liberdade, a igualdade, a propriedade, a segurança e a justiça. Esses direitos são fundamentais para garantir a dignidade e a autonomia dos indivíduos.

Conhecê-la, defendê-la e promovê-la é papel central de todas as organizações democráticas e da Escola Pública, uma das suas principais realizações. ■

+ info <https://shorturl.at/hikm9>

Fotos parlamento.pt

ESCOLA SEM PROFESSORES NÃO É ESCOLA

PROFISSÃO
DESVALORIZADA
NÃO CATIVA
JOVENS
PARA A
EXERCER

BOAS FESTAS

